

COOPERATIVISMO NOS DEBATES E PRÁTICAS SOCIALISTAS: AS UTOPIAS ENCONTRAM O SOCIALISMO CIENTÍFICO?

ANTONIO JULIO DE MENEZES NETO *

1. INTRODUÇÃO

“O capital pressupõe o trabalho assalariado e o trabalho assalariado pressupõe o capital” (Karl Marx)

O trabalho humano é uma relação social que vai muito além do emprego ou da ocupação, envolvendo as dimensões educativas, culturais, sociais, políticas econômicas e artísticas. Mas, como o capitalismo tudo transforma em mercadoria, o próprio trabalho humano adquire um formato negativo de exploração e alienação, pois se converte em mercadoria produtora de mais-valia. Ao longo da nossa história social, conhecemos uma alocação de forma diferenciada entre o saber e o poder, o fazer e o pensar, a teoria e a prática, a produção social e a educação. O trabalho, como a relação fundamental entre o ser humano e a natureza, identifica-se com a essência humana, pois o ser humano diferencia-se dos animais por produzir conscientemente seus meios de vida.

Desde o início da modernidade capitalista cada operação do trabalho tornou-se mais e mais subdividida, formando e deformando um trabalhador fragmentado. Os conhecimentos dos diversos trabalhadores foram transferidos e controlados pelo capital e o trabalhador passou a executar tarefas exigidas pela gerência, enfatizando a submissão do trabalhador. No entanto, os trabalhadores sempre buscaram alternativas para sua emancipação social. E as diversas experiências de cooperativismo que procuraram romper com a clássica divisão social do trabalho aparecem nos movimentos de trabalhadores e nos movimentos sociais das classes populares. Neste sentido, este artigo busca apresentar os debates teóricos socialistas acerca da possibilidade de superação da divisão capitalista do trabalho pelo cooperativismo emancipatório, considerando que nos últimos 150 anos a opção cooperativista esteve presente tanto na gestão do capital como nas alternativas socialistas.

A opção cooperativista habitou programas partidários conservadores e revolucionários. Na prática, existe o cooperativismo de produção, de consumo e de crédito. As cooperativas de produção indicam uma produção em comum, sendo menos presente nas relações sociais de produção capitalistas, e as cooperativas de comercialização, mais difundidas, seriam decorrentes desta. Isto porque as cooperativas de comercialização não colocam em questão a propriedade privada, ao passo que as cooperativas de produção podem assumir-se como uma alternativa ao sistema assalariado e patronal.

Assim, o cooperativismo é usado para definir diferentes projetos sociais, políticos e econômicos. Aparece como a possibilidade de ser a “Terceira Via” dos políticos reformistas e incrementar a produção capitalista. Ou, por outro lado, como uma das possibilidades do autogoverno dos trabalhadores, dentro

da concepção socialista.

2. O COOPERATIVISMO NA PERSPECTIVA “UTÓPICA”

As propostas cooperativas surgiram na Europa como uma reação dos trabalhadores ao capitalismo concorrencial e liberal. Esteve presente nas propostas anarquistas e nas propostas dos chamados “socialistas utópicos”, como o francês Charles Fourier (1772-1837), que idealizou um tipo de comuna, o “falanstério”, onde o trabalho e seus frutos seriam divididos, e nas propostas e ações do galês Robert Owen (1771-1858), que viveu numa época de *laissez-faire* e intensa exploração do trabalho. De grande capitalista., Owen acabou se transformando em crítico da propriedade privada, transformando um conjunto de fábricas falidas, denominada *Nova Lanark*, numa comunidade próspera e completamente diferente no trato com os empregados, para os padrões da época. Porém, não parou por aí. Propôs a formação de Aldeias de Cooperação, nas quais as pessoas produziram comunitariamente e as crianças seriam cuidadas em jardins escolares. Suas idéias começaram a incomodar o poder dominante.

Owen, que fizera fortuna, vende então suas propriedades e compra um pedaço de terra nos Estados Unidos para montar sua comunidade utópica, batizando-a com o nome de *Nova Harmonia*, e declara a comunidade livre da propriedade privada. O empreendimento faliu e com ele, Robert Owen, que voltou à Inglaterra, ridicularizado pelo poder mas admirado pelos trabalhadores. Baseados nas suas propostas, inclusive na eliminação do dinheiro, começaram a surgir diversas cooperativas na Inglaterra, que não conseguiram manter-se, esmagadas pelo poder do capital. Mas fazia crescer as reivindicações dos trabalhadores e o governo inglês usou de violência para sufocar estas reivindicações e organizações. Owen morreu em 1858, esperançoso e como um símbolo para as lutas dos trabalhadores (Heibroner, 1996).

A perspectiva emancipatória pela via do cooperativismo aparece, assim, em diversas concepções sociais e políticas, que Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) chamariam de “socialismo utópico”, por considerar que estes debates estariam situados no campo do idealismo e não da materialidade. Porém, os debates acerca do cooperativismo como a possibilidade emancipatória ou, ao contrário, conservadora, aparecerá também no chamado socialismo científico. Neste texto, procederemos a um recorte nos debates realizados por Marx e Engels, considerando a importância de ambos para o movimento socialista mundial, nas oportunas e atuais discussões entre Rosa Luxemburgo (1871-1919) e o reformismo de Eduard Bernstein (1850-1932) e nas esperanças, frustradas, diga-se, pós-revolucionárias, de Vladimir Illich Ulianov Lênin (1870-1924) e Mao Tsé-Tung (1883-1976). Fundamental, também, é o posicionamento de Antonio Gramsci (1891-1937), o italiano que debateu as possibilidades de disputa hegemônica ainda dentro de relações sociais capitalistas.

3. NO SOCIALISMO CIENTÍFICO: MARX E ENGELS

Para debater a questão do autogoverno dos trabalhadores, na visão socialista, torna-se necessário um retorno ao pensamento marxiano, pois, para Marx, a total planificação social e econômica, centrada no Estado, não seria a alternativa para os trabalhadores. Neste sentido, ele debateu e apresentou propostas políticas autogestionárias no interior do capitalismo, na medida em que a simples “tomada” ou “conquista do poder” não significaria a realização do socialismo e a superação do capitalismo. Assim, a auto-organização da sociedade civil e dos trabalhadores seria fundamental na construção do socialismo, pois um dos pilares do pensamento de Marx é justamente a alienação provocada pelo trabalho assalariado, considerando que ele faz da crítica ao sistema que tudo transforma em mercadoria, inclusive o trabalho humano, o centro de sua análise.

Os polêmicos debates acerca do cooperativismo já aparecem em obras de Marx, como **O Capital**, ou nos debates acerca da Comuna de Paris (de 1871). E, de forma problematizada e crítica, como uma das alternativas para o “autogoverno dos produtores”. Na passagem transcrita a seguir, observa-se que Marx não apenas descreveu e denunciou o capitalismo mas também apresentou meios para sua superação, afirmando que as cooperativas de trabalhadores seriam as primeiras formas de ruptura com o capitalismo, por suprimirem a oposição entre capital e trabalho, apesar de todas as limitações ainda impostas pelo sistema:

As fábricas das cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, são a primeira ruptura da velha forma, embora, naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte produzam, e tenham de produzir, todos os defeitos do sistema capitalista. Mas, dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação capitalista deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho. Eles mostram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção correspondentes, um novo modo de produção naturalmente desponta e se desenvolve partindo do antigo. (...) Tanto as empresas capitalistas por ações quanto as cooperativas industriais dos trabalhadores devem ser consideradas formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado, com a diferença que, num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro, de maneira positiva (Marx, s.d.: 509)

Vê-se, nesta passagem, que em Marx os trabalhadores cooperativados já estavam criando o embrião para a nova sociedade. A importância desta análise é que, durante muito tempo, as ações cooperativadas dos trabalhadores foram abandonadas pela militância socialista, que apenas via importância no cooperativismo nos períodos pós-revolucionários. Também nos debates realizados no âmbito da Primeira Internacional (fundada em 1864), Marx e Engels elaboraram textos divulgando as conquistas dos trabalhadores,

como a limitação da jornada de trabalho e a introdução do movimento cooperativo, sobretudo das fábricas cooperativas:

É impossível exagerar a importância dessas grandes experiências sociais. Com atos e não com argumentos, prova-se que a produção em grande escala e harmonizada com as exigências da ciência moderna pode se efetuar sem que uma classe de patrões empregue uma classe trabalhadora; e que os meios de produção, para darem frutos, não necessitam se monopolizados para explorar e dominar o trabalhador; e que o trabalho assalariado – assim como o trabalho dos escravos e dos servos – é somente uma forma transitória e inferior destinada a desaparecer ante o trabalho associado, que executa sua tarefa com gosto, interesse e alegria (Marx e Engels, 1980: 26)

Nesta análise encontra-se a contradição, a limitação e a possibilidade do sistema cooperativista dentro do capitalismo. Contudo, observa-se que Marx e Engels vêem a gestão cooperativa como um dos caminhos para a superação do capitalismo no sentido em que carrega o germe da negação do trabalho assalariado. Apesar de admitirem que, nas relações sociais de produção capitalista, a gestão cooperativa poderia conter os vícios do sistema mercantil capitalista, ressaltam igualmente a semente nova que poderia estar presente nesta forma associativa, pois o cooperativismo poderia demonstrar a inutilidade do patronato no sistema fabril. Porém, estes autores defendiam que esta gestão só poderia acontecer dentro de um grande projeto nacional e não como experiências isoladas, passíveis de serem derrotadas pelos grandes monopólios:

O trabalho cooperativo, por melhor que seja nos princípios e útil na prática, se limitado a um setor restrito, ligado a tentativas e esforços isolados e dispersos dos trabalhadores, jamais será capaz de deter a progressão geométrica dos monopólios, nem de liberar as massas, nem ainda de aliviar de maneira sensível o peso da miséria. (...) Nessas condições, o grande dever da classe operária é de conquistar o poder político (idem: 27)

É importante também ressaltar que, nos debates da Primeira Internacional, Marx e Engels defendem que o Congresso não deveria proclamar nenhum sistema específico cooperativo mas sim enunciar princípios, dentre os quais, (a) o reconhecimento do cooperativismo como uma força transformadora da sociedade, pois seria capaz de demonstrar que a subordinação do trabalho ao capital pode ser suplantada pelo “sistema republicano da associação de produtores livres e iguais”, sem esquecer que (b) restrito, o cooperativismo torna-se impotente para transformar a sociedade e, assim, deve-se lutar por mudanças gerais. Junto a isso, seria preciso que (c) o cooperativismo de produção tivesse incentivo maior que o de consumo, (d) as sociedades cooperativas divulgassem ao máximo seus princípios e (e) os operários recebessem salários iguais, impedindo a transformação das cooperativas em sociedades burguesas (admitem, no entanto, temporariamente, um benefício mínimo).

Em vida, Marx chegou a conhecer uma revolução, a Comuna de Paris. E, mesmo que inicialmente tenha resistido, aderiu posterior e entusiasticamente, afirmando que nela havia sido instituída a “autogestão dos produtores”. Eis suas palavras:

A Comuna, exclamam, quer acabar com a propriedade, fundamento de toda a civilização! Sim, meus senhores, a Comuna queria acabar com aquela propriedade classista que transforma o trabalho de muitos na riqueza de poucos. Ela pretendia a expropriação dos expropriadores. Ela queria fazer da propriedade individual uma realidade, e transformar os meios de produção, a terra e o capital, que agora são sobretudo meios de servilização e exploração do trabalho, em meros instrumentos do trabalho livre e associado (Marx, 1989: 299)

Seu parceiro, Engels, descreve em seu conhecido livro **Do socialismo utópico ao socialismo científico** experiências e propostas autogestionárias, centradas, principalmente, em Robert Owen. Mesmo demonstrando simpatia e afinidade com estas, Engels (s.d.) analisava que não poderiam ser vitoriosas, pois o modo capitalista de produção e, com ele, os antagonismos entre as classes burguesas e proletárias, não estava devidamente maduro. Este fato histórico seria fundamental para que as tentativas de controle da produção pelos trabalhadores fracassassem e se transformassem em “utopias”. Segundo ele, tais teorias, ligadas aos movimentos revolucionários de sua época, não tinham condições de realizar uma crítica mais profunda do capitalismo, que só viria, posteriormente, com Marx e o Materialismo Histórico. Esta análise de Engels, bastante linear, é colocada em questão por ele próprio, que, em textos redigidos com Marx por ocasião da Primeira Internacional, discute o cooperativismo e as experiências autogestionárias com outro olhar:

Os burgueses filantropos e moralistas, até alguns frios economistas, cortejam agora o sistema de trabalho cooperativo que durante todo o tempo trataram inutilmente de abortar, ridicularizando-o como uma utopia de sonhadores ou estigmatizando-o como um sacrilégio de socialistas (Marx e Engels, 1980: 27)

Engels (1981) também estudou o problema camponês na Alemanha do século XIX passado e debateu o cooperativismo, analisando que, com o desenvolvimento do capitalismo, a pequena produção camponesa iria decair e não sobreviveria e o pequeno lavrador, numa visão linear do capitalismo, tornar-se-ia um proletário. Apesar disto, a permanência do apego camponês pela terra tenderia a permanecer. Discutindo o programa do Partido Social-Democrata aprovado no Congresso de Marselha em 1892, ele apresenta e comenta alguns tópicos, entre os quais vale a pena destacar: a) a aquisição de maquinário agrícola pelos municípios, que deverão alugá-lo a preço de custo aos camponeses, b) a criação de cooperativas e c) a revisão do cadastro geral de propriedades rurais. Mas é interessante observar que Engels considerava estes pontos ultrapassados, posto que já contemplados em grande parte na Europa de então.

Ainda segundo ele, a propriedade coletiva deveria ser o objetivo dos socialistas, do campo ou da cidade, descartando portanto a posse em caráter

individual – mesmo do pequeno produtor camponês –, pois este não seria livre nem deteria a posse segura de sua terra. Desse modo, no Partido não haveria lugar para o camponês que quisesse tornar sua propriedade eterna, ainda que ele achasse que, para a transformação social duradoura, seria politicamente necessária uma aliança dos operários com os camponeses, os quais, em chegando ao poder, deveriam canalizar a produção camponesa para um regime cooperativo. Cita o exemplo dos socialistas dinamarqueses que pregavam um tipo de cooperativismo camponês onde estes deverão reunir suas terras, cultivar comunitariamente e repartir os frutos conforme a proporção de terras cedidas para o cultivo em comum, conforme o dinheiro investido e o trabalho de cada um. Um Banco Nacional poderia subsidiar esta produção e, eles próprios, implantar a grande produção coletivizada. Para Engels, o mais importante, neste sistema, seria fazer com que os camponeses aderissem a uma produção coletiva, pois a ruína do camponês estava ligada à exploração individual, daí porque ele deveria participar do Partido Social-Democrata para transformar esta realidade.

Engels diz que não é necessário nem interessante para a luta dos trabalhadores o desenvolvimento completo do capitalismo em todos os lugares, com a conseqüente eliminação do pequeno camponês. Defende que se façam sacrifícios materiais públicos para atender aos interesses destes, sem que lhes seja alimentada a esperança de que manteriam sua propriedade particular, mas, ao contrário, se lhes demonstre que, no capitalismo, sua situação seria desesperadora, a ponto de serem aniquilados por este sistema. Quanto às grandes fazendas capitalistas, ele é taxativo: deveriam ser expropriadas e entregues aos operários agrícolas, que organizariam cooperativas sob controle da coletividade. Neste caso, seria mais fácil, pois o sistema de exploração coletiva já estaria preparado e o exemplo destas grandes propriedades coletivas e cooperativadas poderia servir aos camponeses relutantes. Engels também debateu a questão da indenização aos grandes proprietários capitalistas agrícolas, admitindo o pagamento da mesma em alguns casos, pois poderia ser mais barato *“livrar-se desta quadrilha com dinheiro”*.

Assim, Engels apresenta e defende a possibilidade de, pelo cooperativismo socializado, o camponês inserir-se numa sociedade socialista, e apenas nesta, pois no capitalismo ele estaria condenado à aniquilação. Todavia, os debates acerca do caráter reformista ou revolucionário do cooperativismo continuariam aparecendo na tradição marxista, como nos embates entre Rosa Luxemburgo e Eduard Bernstein.

4. AS POLÊMICAS NA ESQUERDA: ROSA DEBATE O COOPERATIVISMO COM BERNSTEIN

Os debates acontecidos na Alemanha no início do século XX entre os militantes da esquerda são fundamentais para o entendimento dos rumos do movimento socialista mundial, no sentido em que duas principais vertentes da social-democracia alemã, defendidas respectivamente por Rosa e Bernstein, demarcam a esquerda desde então. Em suas polêmicas com Bernstein, Rosa (1977: 74) o critica quando este defende que o socialismo poderia ser

conquistado de forma gradativa, através da ação dos sindicatos e do cooperativismo. Para ela, as cooperativas de produção seriam híbridas no contexto do capitalismo, pois teriam uma produção socializada dentro de um sistema de troca capitalista. Porém, a troca dominaria a produção e, desta forma, as cooperativas necessitariam intensificar o trabalho conforme a necessidade de competição do mercado. Assim, os trabalhadores viveriam a contradição de serem patrões capitalistas deles próprios, retornando ao capitalismo puro:

Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, verem-se os operários na necessidade contraditória de se governarem a si mesmos com todo o absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel do patrão capitalista

Assim, para ela, ficando as cooperativas de produção vinculadas às de consumo, estas têm de se limitar, quando muito, “a um pequeno mercado local e a um reduzido número de produtos de necessidade imediata, de preferência produtos alimentares” (idem: 75). Os grandes ramos da produção industrial, como as indústrias têxtil, metalúrgica, de petróleo, máquinas etc., ficariam fora do sistema cooperativo e, portanto, para Luxemburgo, as cooperativas não podem fazer parte de um projeto de reforma social geral. Isto geraria uma luta contra os pequenos e médios capitais comerciais, ou seja, contra pequenos ramos do capitalismo.

Observa-se que as análises de Rosa continuam atuais na reflexão em torno da construção do socialismo. As contradições apontadas por ela – acerca do caráter híbrido da produção e da troca, da necessidade de competição no mercado e da conseqüente intensificação do trabalho, do caráter econômico reduzido, não abrangendo os grandes ramos da indústria, e da concorrência entre pequenos trabalhadores cooperativados – persistem como problemas ainda debatidos nas propostas cooperativistas com caráter emancipatório. Por outro lado, não se pode negar a importância dos trabalhadores construírem alternativas ainda dentro do sistema capitalista, pois a história mostrou que não se pode esperar a revolução para que as mudanças ocorram. A história é construída pelos sujeitos e carrega contradições. Devemos enfrentá-las e não apenas negá-las. Lênin já apontava a falta de cultura dos trabalhadores russos como um dos entraves para a aplicação do cooperativismo no período pós-revolução, como veremos a seguir.

De fato, como a tradição revolucionária emancipatória conheceu seus principais episódios a partir de 1917, com a Revolução Russa e, posteriormente, com a Chinesa, os dois líderes destes processos enxergarão no cooperativismo uma forma de construir sociedades socialistas.

5. NO “SOCIALISMO REAL”: LÊNIN E MAO TSE-TUNG

Em Lênin (1980: 657), o problema do cooperativismo aparece no contexto pós-conquista do poder político pelos trabalhadores na Revolução Russa. De acordo com ele, o cooperativismo assumiria, no período de construção do socialismo, “uma importância verdadeiramente excepcional” (p. 657), uma vez

que os exploradores haviam sido derrubados e, portanto, o sonho fantástico e romântico dos velhos cooperados poderia ser colocado em prática. Uma vez que o poder de Estado está nas mãos operárias e os meios de produção pertenceriam ao Estado, restaria a tarefa de cooperativizar a população. Agora, sob a hegemonia operária (inclusive os camponeses), a cooperação, antes era zombada como mercantilista, torna-se fundamental para a construção do socialismo.

Lênin considera que o cooperativismo é o caminho mais simples, fácil e acessível para a passagem do camponês à nova ordem estatal, para que este possa participar da construção dessa nova sociedade, afirmando que um dos erros da Nova Política Econômica (NEP), criada em 1921, foi negligenciar a cooperação. Assim, seria necessário ao Estado apoiar financeiramente as cooperativas, premiando os camponeses cooperativados, mas, ao mesmo tempo, verificando a participação e a conscientização destes, uma vez que *“agora devemos ter consciência e pôr em prática a verdade de que o regime social que no presente devemos apoiar acima do habitual é o regime cooperativo”* (idem: 658).

Entretanto, assevera que a população deve participar de forma “civilizada”, européia (alfabetizada, culta, instruída), não passiva, compreendendo as vantagens da cooperação. Para tanto, tornava-se crucial uma revolução cultural nas massas do povo, sendo necessário uma época histórica de, talvez, duas décadas, na qual existiria um investimento maciço em alfabetização, habituando a população aos livros e, também, um apoio material contra as más colheitas e a fome. Lênin defende abertamente uma série de privilégios econômicos, financeiros e bancários à cooperação e diz que o regime dos cooperados cultos é o socialismo. Afirma que no período pós-Revolução as empresas seriam socialistas desde que os terrenos onde estivessem instaladas e os meios de produção pertencessem ao Estado da classe operária.

Para o líder russo, o cooperativismo fantástico e romântico, como o de Owen, realmente não passava de utopia, pois não levava em conta a luta de classes e a tomada do poder político pelo operariado. Mas agora a situação havia se alterado, já que os meios de produção e o poder político estavam nas mãos da classe operária. Assim, a nova tarefa, central, seria a organização e a ação cultural. Duas tarefas tornavam-se essenciais na construção do socialismo:

É a tarefa de refazer o nosso aparelho, que não presta absolutamente para nada e que recebemos inteiramente da época anterior. (...) A nossa segunda tarefa é o trabalho cultural para o campesinato. E este trabalho cultural no campesinato tem precisamente como objetivo econômico a cooperativização. Se tivéssemos uma cooperativização completa, já estaríamos com ambos os pés em terreno socialista. Mas esta condição da cooperativização completa implica um tal grau de cultura do campesinato (...) [que ela] é impossível sem uma revolução cultural (idem: 662)

Lênin entendia que os revolucionários haviam sido criticados por implantar o

socialismo num país com um povo de pouca cultura, mas achava que a revolução cultural tornaria a Rússia um país socialista. A “difícil tarefa” incluía superar o analfabetismo, que era enorme, e desenvolver os meios de produção, insuficientes. Como vemos, um dos grandes desafios e dilemas colocados por ele situava-se na construção do cooperativismo apenas quando as condições políticas socialistas o possibilitaram. Ou seja, não havia uma cultura e uma gestão anterior que permitissem que a economia cooperativista pudesse ser viabilizada imediatamente pela Rússia revolucionária, sendo que somente depois da tomada do poder é que seria viável a revolução cultural. E aí, possivelmente, encontramos uma das contradições revolucionárias, pois a gestão da economia em novas bases teria de ser implantada por trabalhadores sem nenhuma cultura cooperativa, ficando mais na intenção e na perspectiva de “levar” a educação cooperativa (teoria da vanguarda?) aos trabalhadores do que construir um modelo no qual as bases cooperativas já estivessem presentes, mesmo que de forma contraditória.

Por sua vez, Mao Tsé-Tung dizia, no contexto da Revolução Chinesa, que o trabalho de cooperativização poderia relaxar a tendência dos camponeses ao capitalismo e que o movimento cooperativista era uma importante luta ideológica e política, pois as idéias individualistas burguesas ainda permaneceriam por um período:

Depois de estabelecida, uma cooperativa tem ainda que passar por muitas lutas antes que possa consolidar-se. E mesmo depois dessa consolidação ela ainda pode fracassar, se relaxar por um momento os seus esforços (Tsé-Tung, 2004: 37)

Mao defendia que, para a manutenção da aliança operário-camponesa, seria necessária a gradual transformação socialista da agricultura, realizando a cooperativização e eliminando a economia dos camponeses ricos e dos camponeses individuais. Acreditava que a cooperativização atingiria todo o país, possibilitando a construção do socialismo na China. A mesma análise feita para a Rússia serve para o caso chinês. A cooperativização poderia “relaxar” o individualismo do trabalhador chinês mas teria que ser implantada apenas na construção do socialismo, no período pós-revolucionário, sob a vanguarda do Partido Comunista Chinês.

Hoje, no século XXI, com a restauração econômica e política do capitalismo na antiga União Soviética e com a implementação do “mercado capitalista” na China, é possível analisar as limitações da cooperativização como proposta política e econômica no processo de construção de sociedades socialistas. Porém, deve ser ressaltado que ambas as experiências de “socialismo realmente existentes” primaram pela centralização política e econômica. O Partido Comunista substituiu o trabalhador, que continuou realizando o trabalho abstrato e alienado. As coletivizações forçadas pelo Estado, na União Soviética stalinista, criaram uma cultura anti-socialista em largas parcelas do campesinato. As cooperativas, tanto na URSS como na China, passaram a ser controladas pelo Estado centralizado e os trabalhadores perderam sua autonomia. Estas são lições importantes que a história registra.

6. A DISPUTA HEGEMÔNICA AINDA NO CAPITALISMO: GRAMSCI

Devido à grande complexidade que assumiram as sociedades ao longo do século XX, o pensamento emancipatório foi desenvolvido por outros pensadores políticos, como o italiano Antonio Gramsci. Não será apresentada aqui a discussão específica do cooperativismo, mas a possibilidade de disputa hegemônica ainda dentro de relações sociais capitalistas, tema fundamental ao se debater o cooperativismo. Gramsci inicia o estudo da sociedade por meio de dois grandes blocos, quais sejam, o bloco estrutural das relações econômicas e o bloco superestrutural das relações ideológicas, no qual se situam a sociedade civil e a sociedade política. A sociedade civil reuniria os organismos “privados” da sociedade, onde são geradas as ideologias da classe dominante e sua concepção de mundo, a serem difundidas pelas escolas, pela imprensa, pelas religiões etc. Além disso, a sociedade civil é expressa por intermédio das associações políticas e sindicais.

A ideologia propaga-se para todas as atividades da vida social com vistas à conformação da ideologia da classe dominante. Na sociedade civil as contradições e as disputas pelo poder econômico, político e ideológico fariam parte da disputa de projetos hegemônicos. Como parte da superestrutura, a ideologia dominante difundirá uma concepção filosófica de mundo, buscando sedimentar o senso comum. Para Gramsci, deve-se entender o papel da ideologia como uma instância que busca respostas para determinados momentos políticos em que existe o espaço da disputa política. Ou seja, na sociedade civil os grupos de interesse disputam seu projeto de sociedade:

Um grupo social pode, e mesmo deve, impor-se como dirigente, antes mesmo da tomada do poder governamental (e essa é uma das condições fundamentais para a conquista do poder); após a tomada do poder, mesmo se ele o detém firmemente, seu papel dominante não deve, em função disso, fazê-lo perder sua função dirigente (Gramsci, 1978: 158)

Ao empregar o referencial teórico marxista, Gramsci procurou superar, em sua obra, a transformação mecanicista da ideologia como um simples reflexo do econômico para o processo de dominação imediata das classes dominantes. A proposição é de que a dominação e a subordinação ideológica não podem ser compreendidas isoladamente, mas sim dentro das relações de classe em todos os níveis (econômico, político e ideológico):

A pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e expor cada flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da estrutura deve ser combatida teoricamente como um infantilismo primitivo, e praticamente deve ser combatida com o testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas (idem: 88)

Considerando a perspectiva dialética na abordagem social, o estudo da instância estrutural remete para a instância superestrutural, criando um vínculo permanente e contínuo. Em função da base estrutural, admite-se que os

movimentos políticos da sociedade organizam-se visando ao desenvolvimento da consciência de classe dos grupos sociais e suas organizações políticas, sindicais e sociais. Portanto, a introdução da gestão cooperativa no mundo do trabalho não pode ser vista apenas como um fator econômico, mas sim como um fato político, de forma que deve-se disputar a hegemonia política desde a sociedade capitalista.

7. CONCLUSÃO

O fracasso da construção do socialismo baseado na total centralização política e planificação econômica pelo Estado nos regimes de socialismo real (ou irreal), além de trazer crises políticas e ideológicas aos partidos e movimentos sociais revolucionários, problematizou a questão da superação do capitalismo e da transição a uma sociedade na qual os meios de produção não mais estivessem em mãos privadas. Podemos ver esta crise como mais um desafio para estes movimentos políticos e para as pessoas que desejam superar o capitalismo.

A ambigüidade do cooperativismo revolucionário, ou seja, o fato de ser um empreendimento coletivo dentro de uma sociedade capitalista, problematiza a questão e mostra diversas contradições, já apontadas por Marx, Engels e Rosa Luxemburgo. No sistema cooperativista, mesmo dentro do modo de produção capitalista, a figura patronal e a condição proletária podem ser suprimidas, porém, permanecem determinações próprias ao capitalismo, como a produção mercantil e a concorrência, o que leva, muitas vezes, à intensificação do trabalho e às diferenciações de gestão, trazendo a diferenciação de poder e de retirada financeira.

Porém, como estamos tratando de contradições e antagonismos fundamentais presentes nas relações sociais de produção existentes, os caminhos não podem ser fechados à idéia da autogestão ainda dentro do capitalismo. Esta é uma conjuntura histórica em que o capitalismo deve ser questionado e confrontado em todas as instâncias. Acredito que não cabe uma análise linear na qual o socialismo dito utópico cederia lugar ao socialismo científico. Este é um momento em que os que vivem de seu trabalho – a classe explorada no mundo do trabalho – devem criar e recriar novas formas de atuação e práxis anticapitalistas, seja através de novas formas produtivas anticapitalistas ainda no seio do modo de produção capitalista, seja pelas novas culturas e pela organização dos explorados e subjugados, seja pela organização dos assalariados. O combate ao capitalismo neste século deve apresentar variadas e combinadas formas.

Este trabalho procurou demonstrar que a proposta cooperativista não deve ser vista apenas pelo seu aspecto de impossibilidade, devido a suas contradições, mas também como alternativa ao capitalismo. Num momento em que o desemprego e a precarização do trabalho assalariado levam insegurança ao trabalhador, as propostas cooperativas, quando controladas pelos próprios trabalhadores, não devem ser encaradas apenas como uma inserção precária ao mercado informal, mas também como a possibilidade emancipatória de formação de uma nova cultura que rompa, inclusive, com o assalariamento.

A concepção de um socialismo evolucionista ou mesmo a idéia linear de que as contradições do capitalismo levariam a uma sociedade socialista parecem esgotadas, pois percebe-se hoje que todas as mudanças pressupõem a ação consciente dos trabalhadores. O socialismo é a possibilidade de superação do sistema produtor de mercadorias e do sistema assalariado e, desta forma, o cooperativismo pode apresentar-se como uma possibilidade de, trazendo a contradição, construir novas relações. Desde que, como já alertava Marx n' **O Capital**, as lutas cooperativistas sejam inseridas num grande projeto e no movimento global das lutas dos trabalhadores, assalariados ou não, pela superação do capitalismo e na construção de uma sociedade socialista. Mas deve-se ressaltar que o cooperativismo, quando se propõe integrado nas relações sociais de produção capitalista, sem buscar alternativas a este sistema, tende a reproduzir as relações de alienação e exploração. Isto é, se conseguir sobreviver no sistema de monopólios e concorrência desleal das empresas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Engels, Friedrich. **O problema camponês na França e na Alemanha**. In Silva, José Graziano da e Stolcke, Verena (org.). **A Questão Agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo, Global, s.d.
- Gramsci, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo. Martins Fontes, 1978.
- Heibroner, Robert L. **A História do Pensamento Econômico**. São Paulo, Nova Cultural, 1996.
- Lênin, Vladimir Illich Ulianov. **Obras escolhidas. Volume 3**. São Paulo, Alfa-Omega, 1980.
- Luxemburgo, Rosa. **Revolução e reformismo**. Amadora, Editorial Fronteira, 1977.
- Marx, Karl. "O que é a Comuna?". In Fernandes, Florestan (org.). **Marx-Engels: História**. 3^a ed. São Paulo, Ática, 1989.
- _____. **O Capital. Volumes 1 e 3**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s.d.
- _____. e Engels, Friedrich. **Sindicalismo**. São Paulo, Ched Editorial, 1980.
- Tsé-Tung, Mao. **O Livro Vermelho**. São Paulo, Martin Claret, 2004.

* *Antonio Julio de Menezes Neto é sociólogo, mestre em Extensão Rural, doutor em Educação, pós-doutorando no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) e professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Do mesmo Autor, ver "A visão política de alunos de uma escola do MST e a pedagogia política de Paulo Freire" (Cadernos do CEAS, 217: 47-60. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mai.-jun., 2005). [ajmn@dedalus.lcc.ufmg.br]*